

ALGUNS CRITÉRIOS PARA A TECNOLOGIA MORFOSSINTÁTICA

SOME CRITERIA FOR MORPHOSYNTACTIC TECHNOLOGY

Marcelo CAETANO

Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Academia Brasileira de Filologia
marcelomcaetano@gmail.com

Resumo: Os estudos de morfossintaxe portuguesa ainda padecem de certa falta de precisão terminológica. Isso é ocasionado em grande parte pela confusão na demarcação dos pontos investigativos de que deve se valer. Este artigo propõe que se estabeleçam dois planos distintos: o plano do léxico e o plano da gramática. Esse binômio tem relação direta com a dicotomia paradigma e sintagma (cf. Saussure) e, assim como na aludida dicotomia, é preciso primeiramente que se estabeleça a aplicação de cada parte do par para, só então, criarem-se áreas de comum acordo que permitam as articulações pertinentes ao pesquisador. Por lidar com muitos ferramentais da língua, como flexões, classificações categoriais e gramaticais dos vocábulos, lexicologia, gramaticalização, formação de palavras, sistema e norma de uma língua, a morfossintaxe acaba ficando à mercê de muitos pontos obscuros, que devem ser constantemente debatidos. Como se trata de um dos pontos fundamentais da deriva (cf. Sapir) de uma língua, a morfossintaxe não pode se desvincular de um estudo cada vez mais crítico e reflexivo, capaz de lhe fornecer material tecnológico para a construção de uma nomenclatura que reflita a importância desse estudo no imo do sistema de uma língua. A negligência com esses fatores põe em xeque até mesmo a possibilidade de demarcação de um idioma que, como comprova a linguística histórica e a filologia, transforma-se, no tempo e no espaço, em outros idiomas.

Palavras-chave: Léxico. Gramática. Sintagma. Paradigma.

Abstract: Portuguese morphosyntax studies still suffer from a lack of terminological precision. This is caused by the confusion in the demarcation of the investigative points that should be used. This paper proposes to establish two distinct plans: the lexical plan and the grammar plan. This binomial is directly related to the dichotomy paradigm and syntagma (cf. Saussure), and first of all it is necessary to establish the application of each part of the pair so that the common areas can allow the relevant joints to the researcher. For handle many language tooling, such as inflexion, categorial and gramatical ratings, lexicology, grammaticalization, word formation, system and standard of a language, the morphosyntax ends up in front of many obscure points, which must be constantly debated. As it is one of the fundamental points of the drift (cf. Sapir) of a language, the morphosyntax can not detach itself from an

increasingly critical and reflexive study, capable of providing it with technological material for the construction of a nomenclature that reflects the Importance of this study in the center of the system of a language. The neglect of these factors creates doubts even in the possibility of demarcation of a language, as evidenced by historical linguistics and philology, and how it becomes, in time and space, another languages.

Keywords: Lexicon. Grammar. Syntagma. Paradigm.

Introdução

Lançamos como premissa maior de nossa elaboração uma estratégia de divisão investigativa, para o concernente à estrutura e formação das palavras, cujo embrião é tão só uma realidade linguística bipartida. De um lado, o plano do *léxico* da língua (neste momento, entendemos “léxico” *stricto sensu*, isto é, as palavras nocionais). Do outro, o plano da *gramática* daquela língua (o que entendemos como aquele em que há itens instrumentais, gramaticalizados ou em gramaticalização), em que, por razões *sintáticas*, na maioria das vezes (embora se saiba da relevância das razões ideológicas, atrativas ou afetivas – da concordância *ad sensum*, enfim), as palavras se ajustarão a certos ditames intrínsecos à estrutura gramatical, de significação precipuamente interna.

Apenas para tecermos uma primeira impressão geral, e didaticamente expositiva, o *Plano do Léxico* será por nós considerado como aquele cuja consequência ulterior é o dicionário. Daí podermos, numa espécie de metalepse designativa, chamá-lo de *Plano do Dicionário*.

O *Plano da Gramática* será, por seu turno, no que tange aos aspectos de morfossintaxe, considerado, para esta finalidade, como aquele em que se darão as concordâncias verbal e nominal (adstritos ao conceito de flexão), *inclusive (ou exclusivamente) no que tange à categoria de flexão, o que não necessariamente ocorre por meio do veículo de flexão.*

Numa abordagem mais ampla, esse conceito se estenderá ao que abarca a *necessidade* de categorias gramaticais. Será, também, o que, por razões didáticas, fundiremos ao conceito de *plano do texto* (ou *de contexto*), estando mais ligada a este conceito a ideia de *movimentações semânticas*, ou *espécies de aquisição de sentido*, expressões que utilizamos para evidenciar as

vantagens de um critério semântico; porém, do mesmo modo, as desvantagens de um critério que seja *apenas* semântico.

Voltemos brevemente a um ponto observado no parágrafo anterior. Vemos que, numa análise que não se pretende exclusivamente do campo da Linguística, mas, antes, da Gramática, tal distinção – categoria *versus* veículo – será indispensável para casos em que, por veículo de derivação se consegue a satisfação da categoria de flexão (ex.: Imperador/Imperatriz; Galo/Galinha etc.). Nesse caso, observamos que a derivação, por exemplo, pode ser encarada como um processo (de formação de palavras) assim como, talvez simultaneamente a isso, um veículo (de formação e/ou atualização de palavras).

Ocorre que, como vimos, a *categoria* diz respeito a *necessidades* de funcionamento interno da língua, como o fato de, em português (o que não acontece, por exemplo, em inglês), haver necessidade de flexão nominal de todos os membros do sintagma nominal (determinantes e determinados).

Assim, um caso em que a derivação tenha servido apenas como *veículo* para ajustes *categóricos* da língua (como é a *flexão*) deverá ser considerado pertencente ao plano da gramática, antes do mais, não ao do dicionário (não obstante este arrolar tal idiossincrasia em seu rol). Isso nos permitirá rever com matéria-prima nova (e preciosa) a discussão em torno do conceito de *grau*: flexão ou derivação?

Isso se pode extinguir sob o prisma dos conceitos maiores: *categoria ou veículo? Produção* de entradas ou *ajuste* destas? Já se adiante isto: o grau é uma categoria de *flexão* (porque é necessário na língua conquanto *não* dê nova entrada léxica) com veículo (via) de *derivação* (porque utiliza sufixos).

Como sabemos, cada um desses dois planos (o do dicionário e o da gramática) tem por objeto de estudo e análise conceitos perfeitamente distinguíveis, embora não excludentes, unidos, por fim, sob um ponto de vista mais amplo, qual seja o da análise da estrutura e formação da Palavra. Já vamos, aqui, esboçando o porquê de termos adotado essa como expressão “neutra” ou “acima” dos dois planos distintos de análise por que propugnamos.

É exatamente da confusão entre esses planos (mas não só daí) que, por via de regra, muitos dos problemas hoje recorrentes na análise da estrutura das palavras vêm a lume.

A questão que parece aqui vir esboçando-se – e em que de pronto se porá termo – é: seriam as palavras flexionadas de um mesmo radical (ou de um mesmo tema) consideradas uma só palavra, ou, ao invés disso, devem ser encaradas como várias palavras, tantas quantas sejam as flexões ocorrentes?

E, daí, surge outra questão: até que ponto interferirá aquela outra nos estudos da morfologia?

Conforme veremos, é exatamente na base da distinção sugerida há pouco que se calca, também, o ponto de partida de nossos estudos aqui apresentados, que procurarão desbastar as imprecisões advindas da falta de um estabelecimento claro de critérios norteadores de cada classificação em que se empenhe o autor.

Embora venhamos a lançar mão de toda uma gama de termos já utilizados alhures por inúmeros autores, definiremos, aqui – conforme apregoamos ser evidentemente necessário –, a tessitura, a abrangência conceitual, de modo a que não haja, *a posteriori*, o problema contra o qual vimos lutando; qual seja, a imprecisão terminológica e conceitual no seio do estudo ora enfocado.

Não pretendemos dar cabo de um assunto que está, sempre, a merecer reformulações. Queremos, muito em vez disso, apresentar uma modesta contribuição, lançar sementes que venham a apontar alguns dos prejuízos oriundos de uma análise negligente em certos parâmetros, nesse tão importante campo da análise descritiva do idioma.

1. Aprofundamento sobre conceitos fundamentais

Vamos aos conceitos-chave.

Entendemos por *lexema*, numa primeira instância, cada entrada no dicionário, cada verbeta deste. Já de pronto estamos promovendo liame entre esses dois conceitos: *Lexema – Plano do Dicionário*.

Deve-se fazer a ressalva de que, no entanto, haverá casos, não poucos, numa análise mais apurada, em que a noção de verbete deve desligar-se da de lexema, pois que um lexema pode não vir na cabeça do verbete, sendo, ainda assim, um lexema. Sem contar que um verbete poderá não constituir lexema, mas mero aporte gramaticalizado (ou em gramaticalização).

É o lexema uma entidade *abstrata*, pertencente ao plano *paradigmático* (cf. Saussure) da língua, e deve ser encarado em confronto com a sua entidade coetânea, porém *concreta*, que é o vocábulo, consubstanciado, por assim dizer, no texto (contexto) ou na situação, o que vem a constituir o plano *sintagmático* (cf. Saussure).

A escolha do lexema, enquanto verbete – que, geralmente, o será –, é, assim, arbitrária, devendo-se aplicar a técnicas lexicográficas, a que estará restrita. Um exemplo é o caso de, em português, arrolar-se o verbo no dicionário pelo seu infinitivo, o adjetivo pelo seu masculino singular.

Assim, o falante de uma língua deve dispor para si, a fim de obter as competências falante, leitora e escrevente completas, daquelas mesmas técnicas, por meio das quais procede à consulta de um dicionário.

No fim das contas, há, aqui, uma prova, dentre inúmeras outras, de por que se deve separar o conceito de *lexicologia* do de *lexicografia*, pois que neste último devem estar presentes preocupações com o *método de inventariação, arrolamento e confecção* das dicções (entidades léxicas e morfológicas) da língua. A questão de serem inventariados os morfemas gramaticais nos parece, portanto, apenas de valor secundário à lexicologia, não o sendo, contudo, à técnica lexicográfica.

Em *Problemas de linguística descritiva*, Matoso Câmara Jr. discute algumas dessas escolhas. Transcrevemos dois trechos que nos parecem mais ilustrativos, na medida em que põem em xeque a arbitrariedade lexicográfica (que não está sendo por nós combatida, ressalve-se):

A segunda decisão é a consequência pragmática desta nova atitude doutrinária e importa numa modificação substancial na técnica de fatura de dicionários. Consiste em entrar nos verbetes dos dicionários com um tema teórico que corresponde ao da forma feminina singular, para os nomes, e, nos verbos, em indicar o verbete pela 2. pessoa singular do indicativo presente, em vez de fazê-lo com o infinitivo. Este, como forma

arrizotônica (ou de radical átono), é, com efeito, irrelevante para nos dar a conhecer a genuína vogal radical. Ela só aparece quando tônica, porque, como já vimos, é então que funciona o quadro pleno das vogais portuguesas sem qualquer neutralização das suas oposições fundamentais. (CÂMARA JR., 1997, p. 58)

Uma descrição genuinamente sincrônica tem de partir dos temas teóricos (que devem ter entrada nos dicionários, em vez da inexpressiva forma singular). A forma singular pode então ser explicada por algumas regras morfofonêmicas: 1) -õe para -ão (mudança de tema e alternância do /o/ tônico para /a/); 2) -ãe para -ão (mudança do tema); 3) -ão (sem mudança morfofonêmica). (CÂMARA JR., 1997, p. 61)

A expressão *vocábulo* parece-nos mais adequada às diversas manifestações morfossintáticas de um dado *lexema*. E, conforme tenha esse vocábulo significação externa ou interna (nocional ou gramatical), chamar-lhe-emos, respectivamente, se for preciso, *vocábulos semânticos* ou *vocábulos gramaticais*, não desprezando, assim, a própria semântica.

Com efeito, ambos os tipos de vocábulos possuem, atendendo a um plano de análise superior, seus *lexemas*. Apenas o que entendemos como *morfemas gramaticais*, tenham eles função externa ou interna (ou apresentem eles peremptoriedade em uma dessas), por serem entidades de forma obrigatoriamente presa (como o eram as desinências número-casuais latinas, por exemplo), não possuirão *lexemas*, *ainda que possuam, num dicionário, entradas ou verbetes*.

Assim, ligamos intimamente *Vocábulo* a *Plano da Gramática lato sensu* (funcionamento do idioma em si) ou *Plano do Texto*, já que aquele conceito o será no resultado da atualização *concreta* do *lexema* (que é abstrato).

Seria mais acertado, como o fizemos há pouco, falarmos em *função* externa, em vez de em *significação* externa, pois que, por exemplo, as noções que advêm com os substantivos abstratos não são noções provenientes do “mundo dos objetos” (cf. Cassirer), mas, antes, o são da nomeação prévia de outras qualidades, ações, estados subjetivos. E, apesar disso, sua *função* de nomear aspectos correlacionados mais imediatamente com esse “mundo dos objetos” permanece. Assim, houve como que primazia da *categoria profunda* de função sobre a de significação.

Entendemos como categoria profunda o eixo paradigmático ulterior e/ou prévio da língua, como, por exemplo, a questão que aqui se pôs: significação ou função? No caso dos adjetivos, advérbios e substantivos abstratos, por exemplo, quer-nos parecer que a categoria profunda que os governa é a de função, não a de significação, que, esta última, está calcada no conceito aristotélico.

Antoine Meillet (1923) dá-nos a distinção para *Nome* como sendo aquilo que indica *coisas*, sejam estas concretas, sejam abstratas: *pierre, table, vert, verdure, bonté, cheval*. Dá-nos também distinções interessantes sobre a estrutura “concreta” e a “abstrata” da palavra, tratando do assunto sob o ângulo da *função* dessas palavras: externa (nocional) ou interna (gramatical).

Com aquela distinção, parece-nos estar sendo vedada uma confusão muito comum que se faz amiúde, que é aquela que diz respeito a se classificarem como morfemas *stricto sensu* (isto é, num conceito emparelhado com o de *morfema* de Vendryès) elementos tais como preposições, artigos, pronomes, conjunções, pela simples circunstância de não possuírem, em princípio, o que chamam de *significação externa*. Houve, portanto, convergência dos critérios semântico, gramatical (funcional), formal e estrutural, que, certamente, não poderiam ter sido, aqui, aplicados à formulação de um só conceito classificatório, pois criam um emaranhado que não resiste à investigação mais profunda.

Quanto a esse ponto, àqueles que porventura classifiquem as preposições daquela forma por terem elas provindo, em aspecto sintático, das declinações latinas, lembremos-lhes, mais uma vez, que, em que pese à autenticidade dessa afirmação, as desinências número-casuais latinas eram *presas* aos radicais, o que não ocorre com a preposição. Portanto, o papel sintático das preposições é dar – assim como o era com as desinências latinas – muitas das subordinações sintagmáticas, não deixando de haver, com isso, diferença formal entre esses dois mecanismos aqui debatidos.

É somente num contexto que há de ocorrer a *atualização*, seja ela referencial (intelectiva), seja ela expressiva, apelativa, enfática, pragmática, discursiva, seja ela enfocada do ponto de vista da estrutura (que é, aqui, o que

nos diz respeito mais de perto) de uma daquelas unidades abstratas de que se empenham os dicionários.

O próprio conceito *atualização* merece discernimento. Se diz respeito ao vocábulo, está referindo-se a quaisquer formas de “ajuste” – seja semântico, seja flexional etc. – desse vocábulo à realidade – seja ela própria semântica, seja gramatical etc. – do contexto em que se acha.

Se diz respeito ao lexema, que é, como dissemos, unidade abstrata, deverá ser visto como atinente tão só ao campo da estrutura. Isto é, a atualização de um lexema é apenas o conjunto de procedimentos por meio dos quais aquele lexema poderá, posto que *virtual*, figurar (*concretamente*, pois) num dicionário.

Um exemplo esclarecerá. Não podemos dizer que seja atualizada a forma (mínima) *cas-*, tanto que poderá estar-se referindo a um substantivo (as minhas casas) quanto a um verbo (Tu *casas* amanhã). Dessa maneira, será que a aposição de uma vogal temática, que é, pois, elemento *atualizador*, deixará inequívoco a que lexema se reporta aquele radical, por si mesmo, então, forma apenas latente? Em todo o caso, já foi esta uma atualização em nível de lexema.

Se essa mesma entidade (*casa*) aparece isolada, não nos é possível depreender de que lexema se trata: se do que diz respeito ao substantivo ou se ao verbo. O texto, portanto – uma atualização discursiva concreta, em nível de vocábulo –, nos permitirá desfazer aquele impasse.

Assim, o lexema, presente que está na categoria do sistema linguístico (a estrutura *paradigmática* do signo), em si mesmo virtual (e, potencialmente, sob aqueles pontos de vista – semântico, formal, funcional –, muito amplo) há de obter efeitos (intelectivos ou expressivos ou funcionais ou de estrutura e forma, repita-se) também específicos mediante seu emprego *no enunciado ou no texto*. São níveis diferentes, já aqui, de atualização.

Por isso julgamos necessária a mesma distinção que se faz, apenas para termos um exemplo de acesso imediato, na estilística: a pertinência de um signo, por um lado, à estrutura do código (eixo paradigmático), e, por outro, à

estrutura da mensagem (eixo sintagmático), o que está patente e passível de decomposição, sem maiores elucubrações.

A estilística lidará com a análise dos *meios*, latentes ou atualizados, sob o ponto de vista da *expressão-impressão* (subjetividade emotiva/apelativa); a morfologia deverá ver claramente, *mutatis mutandis*, a mesma distinção relativa aos meios (da estilística), quanto aos campos de atuação de análise da *forma* (objetividade intelectual/representativa). Vale mais uma vez ressaltar que estamos adstritos à tripartição bühleriana, que tantas vezes merece ser evocada: Representação, Apelo e Manifestação Psíquica.

Pode-se tirar uma primeira conclusão, assaz nítida: a unidade de análise no texto não é o lexema, mas o vocábulo. Por isso diremos, só para ilustrarmos com um exemplo, que *revisito* é, no plano do *vocábulo*, morfossintaticamente, um verbo (em princípio só o contexto o poderá ter determinado) no presente do indicativo, primeira pessoa do singular (com desinência número-pessoal “-o”), enquanto, na análise do *lexema* (*revisitar*), veremos um verbo *derivado* (do morfema lexical *visit-*, cujo lexema motivador deve ter sido *visitar*).

Parece-nos confusa a análise que constate, a um só tempo: *re-*, prefixo; *-visit-*, radical; *-o*, desinência número-pessoal. Confusa porquanto pouco científica, de acordo com o que mostramos, já que mistura, numa única análise, métodos e objetivos de análises diferentes: a do Plano do Dicionário (lexema *revisitar*) e a do Plano da Gramática/Texto (vocábulo atualizado *revisito*).

Quando Varrão opôs a *derivatio naturalis* (correspondente à flexão) à *derivatio voluntaria* (correspondente à derivação), já estava dado um importante passo rumo à discussão a que agora damos ensejo. Assim, o conceito de *derivação* está circunscrito, quase sempre, ao de *lexema*, e é secundário, se nos quisermos ater ao repertório a que temos acesso pela língua vigente; o de *flexão*, por seu turno, deve estar vinculado ao de *vocábulo*, atualizando estruturalmente aquele lexema, algo ideal.

Sabemos que, também com Dionísio da Trácia, tais noções foram discutidas sob os conceitos de *ptosis*, ou *caso*, e *êidos*, ou *tipo*, respectivamente a flexão e a derivação.

Herculano de Carvalho (1973) adota a expressão *palavra semântica* para o que chamamos *lexema*, e *palavra léxica* para o que chamamos *vocábulo*. Assim, a palavra semântica seria a unidade abstrata, que se manifesta de uma ou diversas formas como palavras léxicas.

Embora se trate, *grosso modo*, apenas de diferença de terminologia, porquanto os conceitos que envolvem os nomes sejam muito similares, o inconveniente dessa nomenclatura do ilustre filólogo e linguista português calca-se na circunstância de que o critério para se estabelecer a existência de um lexema não é apenas *semântico* (como é a sugestão imbricada no termo por ele adotado).

Ademais, ao falar em *palavra léxica*, parece-nos estar esta expressão mais conjugada àquilo por que propugnaremos quando da tentativa de esboçar os critérios do que venha a ser um *lexema*: tudo o que constitui o *léxico* ideal da língua, seja em sua parte que permaneça aberta, seja na que permaneça fechada.

Muito embora não haja, de per si, compromisso líquido e evidentemente apreensível, quando da formulação de um termo, entre o conceito intrínseco a esse termo e palavras assim digamos “expressivas” que o venham a explicitar logo numa primeira visão que nele se lance, sob a vestimenta de uma expressão “bem escolhida” ou “bem fornida”, ou ainda – com pretensão – “perfeita”.

Tirante tais digressões, de somenos valor, foi mesmo do ilustre mestre que retiramos a expressão *palavra* quando de um tratamento nos níveis da estrutura e da formação, pois, como se vê, é ele quem abarca as duas noções – a que chamamos *lexema* e *vocábulo* – sob a mesma expressão: a *Palavra*.

Na verdade, mais apropriado ao estudo da morfossintaxe será, como dissemos pouco acima, a apreensão dos vocábulos, ficando o estudo dos lexemas mais restrito, *grosso modo*, à parte específica à formação de novas palavras – isto é, de novas entradas no dicionário, pois naturalmente, o significado de *visitar* é distinto do de *revisitar*.

No entanto, impõe-se elucidação de outro pormenor: não se deve vincular necessariamente a noção de lexema, enquanto verbete, à de significado, isto é,

não se deve dizer que, por exemplo, *visitar e revisitar* sejam dois lexemas *apenas* por apresentarem significados distintos. Se o fizéssemos, concluiríamos, naturalmente, que palavras sinônimas constituem um mesmo lexema (por terem o mesmo significado) embora seus radicais sejam completamente diversos. Tal conclusão é tão falsa quanto o são as premissas – baseadas tão só no âmbito semântico – que a possibilitaram.

Lexema é, repita-se, a princípio, cada nova entrada utilizada na língua, cujo reflexo será o dicionário. Aproveitamos o ensejo para lembrar que, mesmo numa série sinonímica (ou família ideológica), há matizes semânticos distintos, grandes ou pequenos, que, num ou noutro caso, servem de separar consideravelmente um lexema de outro (cf. *casa, lar, residência, abrigo, esconderijo* etc.).

Há, também, nos dicionários, como se poderá observar mediante pesquisa, casos em que entram algumas variantes fonéticas (e, muitas vezes, gráficas) de um mesmo lexema, como nos casos sincréticos (cf. *assobiar e assoviar, réptil e reptil* etc.).

Assim, o lexema é tão só uma unidade ideal, de um ou mais *significados*, ao passo que o vocábulo é a unidade funcional que concretiza o lexema, dando-lhe um *sentido* específico.

Considerações finais

Por isso o termo *morfossintaxe* é o de melhor encaixe para o estudo da estrutura da palavra (*morfologia* parece-nos mais ligado à formação de palavras), pois que a atualização mórfica, embora parta de uma entidade abstrata, o mais das vezes, se dá por causa da sintaxe (ou do eixo sintagmático).

Mesmo quando se formam novas palavras, algo ligado em princípio ao lexema (o que, aparentemente, colocaria o texto – a situação e o contexto, outrossim – num segundo plano), ainda assim não é raro que devamos observar de que ponto *real*, isto é, *atualizado* naqueles patamares de que falamos (atualização esta ocorrida mercê de uma situação ou de um contexto), partiu, enfim, a motivação do falante para a criação da nova palavra.

Quer isto dizer que, ainda quando estivermos lidando com a formação de palavras, o que toca mais fortemente o lexema, repita-se, é preciso ver-se, dentro de uma grande limitação – de que devemos ter consciência –, qual a intenção real havida por detrás daquela nova entidade que surge (um critério “semântico-estilístico-discursivo”, em que se enfoca o “sujeito intencional”). Isto é, quais os mecanismos através dos quais se pôde ela manifestar como vocábulo, para, desse ponto, poder-se partir à análise formal desse vocábulo, indo-se, enfim, ao seu lexema, tal como se apresenta atualmente sob o crivo da técnica lexicográfica.

Ilustramos com alguns casos derradeiros.

Há o verbo *bancar* e o verbo *desbancar*. De um ponto de vista restrito, diríamos que, por estarmos lidando com lexemas, *bancar* é primitivo, e *desbancar* é derivado; em outros termos, àquele se antepôs um prefixo (des-), dando-se origem a este.

Se se for em busca do elemento humano, criador por si só de inumeráveis situações, fomentadoras de outros inumeráveis ensejos e oportunidades à criação de palavras, poderíamos *achar, supor*, quase a nosso bel-prazer, que, embora houvesse aquele verbo primitivo (*bancar*), não é dele que provém efetivamente *desbancar*, mas possuem, ambos, em vez disso, um *lexema* de origem comum: *banca*.

Toda essa análise deve ser enquadrada, obviamente, apenas aos segmentos dos verbetes em que um destes verbos seja antônimo do outro, pois que, além desses, apresentam significados que seriam díspares, não possibilitando este nosso questionamento.

Por essa análise morfossintática, *bancar* seria derivado de *banca*, assim como *desbancar* o seria, também.

Outro exemplo, talvez um tanto mais claro, seria o dos adjetivos *temido* e *destemido*. Ora, já numa primeira lançada de olhos se verá que, em termos semânticos, “temido” é “quem causa temor a outrem”, pelo que “destemido” deveria ser, já que supostamente seria o acréscimo do prefixo de negação *des-*, “quem não causa temor”, o que não é verdadeiro (cf.: *destemido* = “quem não possui temor de outrem”). Se são palavras cognatas? Naturalmente, mas

ambas de um mesmo radical: -tem-. Assim devemos proceder, em vez de traçarmos que de “temido” (palavra primitiva) veio, por derivação, “destemido” (palavra derivada). Se não nos dispusermos ir ao abstrato, algo falho sempre poderá sobrevir.

Por uma análise meramente mórfica isso seria inviável. Quer-nos parecer que essa análise a que procedemos está mais próxima da lei dos constituintes imediatos, pois que teria sido desprezada, em primeira instância, até por um desconhecimento por parte do falante, a existência de um verbo (já formação derivada ela própria), partindo, sim, à “raiz” primeira que àquele mesmo verbo “primitivo” deu guarida.

Aqui podemos incluir palavras como: *tronar/destronar, telhar/destelhar, frutar/desfrutar*, cujos lexemas comuns seriam, respectivamente, *trono, telha e fruta*.

Já se pode tirar uma conclusão desse passo: como nos parece muito difícil (e mesmo pretensioso) achar que seríamos capazes de descrever, num vocábulo (ou lexema), a fonte de motivação que o gerou, achamos que, em muitos daqueles casos, a análise deve ater-se ao constituinte imediato *formal*, em vez de ir ao, por assim dizer, lexêmico.

Devemo-nos, em outras palavras, ater àquele morfema-base (ou morfema constituinte); sendo que um dicionário nos dará muitos lexemas que serão uma como *provacabal* dos resquícios léxicos, queremos dizer, dos caminhos por onde passou aquela palavra posta, então, sob análise.

Por esse pressuposto, seriam *desbançar, destemido, destronar, destelhar, desfrutar*, de fato, derivados de *bancar, temido, tronar, telha, frutar*. Ou numa análise que, embora fira a lei dos constituintes imediatos, nos parece mais científica, constataríamos, dando guarida e reconhecimento à nossa limitação quanto a aspectos psicológicos, culturais etc. do falante – aspectos esses que o teriam motivado a tais ou quais formações –, que tanto *desbançar, destemido, destronar, destelhar, desfrutar* quanto *bancar, tronar, telhar, frutar* têm morfemas lexicais comuns, de onde partiram, no entanto, derivações diversas, além de atualizações nominais (com vogais temáticas nominais, morfemas caracterizantes): *banc-, tem-, tron-, telh-, frut-*. Essa análise dá conta

de muitos supostos mistérios que nos querem fazer crer que rondam o terreno da morfologia.

banc-a tron-o telh-a (vogais temáticas nominais)
banc-a-r tron-a-r telh-a-r (v.t. verbais + desinência =
 [VERBO])
 des-banc-a-r des-tron-a-r des-telh-a-r (prefixo +[VERBO])

Podem alegar alguns que esse tipo de análise rompe a possibilidade de visão evolutiva da palavra.

Em primeiro lugar, como reconhecemos, indo-se a um dicionário, se poderá chegar a um possível – quase sempre apenas *possível*– elemento constituinte imediatamente derivante. Em casos de dúvida realmente muito grande quanto à motivação real do falante para dar ensejo àquela nova entrada, ou bem deve prevalecer a “lei do dicionário”, ou bem não se poderá, realmente, dar conta de uma cadeia evolutiva, pois que, tolhidos por fatores além de nossas faculdades investigativas (a sociologia, a psicologia, a antropologia etc.), não se preverá de onde se derivou, de fato, a nova entrada que se estuda.

Este é um dos pontos básicos desta tentativa, que ora encerra o artigo presente.

Referências Bibliográficas

CÂMARA Jr. Joaquim Matoso. **Dicionário de Linguística e Gramática**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1977.

CARVALHO, Herculano de. **Teoria da Linguagem**. Coimbra: Atlântica Editora, 1973.

MEILLET, Antoine. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: Seuil, 1921.